

A história das relações chileno-argentinas nestes últimos anos é desconcertante. Em novembro de 1946 o vice-presidente argentino Horténcio Quijano vem à posse do presidente Videla, traz propostas de extraordinária importância, que são entusiasticamente aceitas. Já a 13 de dezembro era firmado em Buenos Aires o Tratado de União Aduaneira.

Os produtos de cada um dos países que entrassem no outro para serem consumidos ou industrializados ficariam livres de tarifas — menos os que fossem incluídos em uma pequena lista a ser elaborada pelas duas partes. Seriam criadas sociedades chileno-argentinas para ativar a exploração dos recursos naturais chilenos que interessavam à Argentina — especialmente cobre, ferro, carvão, salitre, energia elétrica e petróleo. Essas sociedades durariam 50 anos ao fim dos quais seriam devolvidos os capitais argentinos que, entretanto, durante esse tempo, renderiam 5 por cento ao ano. Durante os 50 anos a Argentina teria uma participação de 50 por cento nas utilidades excedentes. Em resumo, como escreve o sr. Alejandro Magnet, de cujo livro "Nuestros Vecinos Justicialistas" (sétima edição, 1954, Editorial del Pacífico S. A., Santiago), tiramos estas notas — "o Estado argentino passar a ser sócio comanditário das indústrias básicas chilenas".

O acordo previa uma contribuição argentina para aquelas sociedades de 300 milhões de pesos argentinos, mais um empréstimo de 300 milhões, e mais 100 milhões para equilibrar o saldo comercial então desfavorável ao Chile. A Argentina naquela ocasião estava rica de divisas e começava a executar seu Primeiro Plano Quinquenal, de industrialização motivo pelo qual lhe interessavam os recursos naturais chilenos.

Esse acordo importantíssimo... não deu em nada. Houve resistências aqui e ali, foram propostas certas emendas, o tempo correu, a Argentina esgotou suas disponibilidades de dólares. Videla voltou-se contra os comunistas e conseguiu dinheiros do Banco Internacional e do Eximbank e as relações entre os dois governos, iniciadas com tanto alvoroço fraternal, ficaram frias mesmo hostis. Em outubro de 1948 foi descoberto um "complot" militar contra Videla (movimento chamado "de las patitas de chanchó") e em agosto de 1951 o Chile chegou às portas da greve geral e da insurreição (com o falso sequestro de dois líderes trabalhistas) e em ambos os casos as autoridades chilenas queixaram-se de "fluência de uma potência estrangeira", a

pontando para o outro lado da Cordilheira.

Quando o atual presidente Ibañez iniciou sua campanha eleitoral ele não escondia sua amizade e admiração pelo general Perón. Sua candidatura foi lançada de Buenos Aires, e de lá veio material impresso; tal como Perón, Ibañez tratava com benevolência os comunistas e buscava a força emotiva de sua campanha em um agreste nacionalismo anti-americano. Elegeu-se o velho general em setembro de 1952; em janeiro de 1953 Perón anuncia sua visita a "meu velho e querido amigo... esse soldado extraordinário". É então que dá aquela entrevista ao diretor de "La Nación", órgão oficioso do governo chileno em que diz que "a simples unidade econômica (entre os dois países) não seria suficientemente forte". Essa unidade, "é preciso fazê-la totalmente, e não pela metade..." devia ser "uma unidade completa".

Isso alarmou o continente — e a opinião chilena. A entrevista foi desmentida quando Perón já traçava a fronteira com sua enorme comitiva. Que proposta que ele trazia no bolso, não se sabe; mas os ministros Olavarría e Mendé, em arroubos oratórios, derubaram a Cordilheira dos Andes para que os dois governos e povos pudessem se abraçar melhor. O que os dois presidentes assinaram em La Moneda (palácio presidencial chileno) foi um Ata em que "decidem obter a união econômica dos dois povos". Os dois países diz a Ata, "negociarão dentro de 120 dias um tratado que conduza a eliminação gradual dos direitos aduaneiros..."

Já não era a "união completa", nem "total", mas a promessa de uma união aduaneira. O presidente Ibañez pediu licença para chamar os argentinos de "compatriotas", e o presidente Perón ordenou na Argentina que os chilenos assim fossem tratados. Mas... os 120 dias foram correndo, e nas eleições parlamentares de abril Ibañez sentiu ter perdido o prestígio. Altamente significativo: na Mensagem enviada pelo general Ibañez ao Congresso, a 21 de maio de 1953, nenhuma referência foi feita à visita de Perón quatro meses antes. Em junho o embaixador argentino, que havia sido chamado a Buenos Aires, volta a Santiago com um projeto de "União Chileno-Argentina", de 68 artigos, pelos quais a "União Econômica" de que falava a Ata de janeiro era ampliada para os campos político, militar e cultural. O governo chileno fez uma contra-proposta sensivelmente menor — 12 artigos apenas. (Continua na 19.ª página)

118/54

RUBEM BRAGA

Final em junho o presidente Ibañez vai a Buenos Aires e assina o Tratado de União

Econômica", de 10 artigos.

Esse tratado não foi enviado ao Congresso Chileno para ratificação, que talvez não obtivesse; o governo chileno achou que isso não era necessário por considerar o documento apenas como algo de preparatório para a celebração de acordos específicos.

E voltamos ao marco zero: até agora nenhum desses acordos se fez. A cordilheira, apesar de todos os discursos, continua de pé — e, segundo observei pessoalmente de bordo do "Bandeirante" — de pedra, e gelada.

116